NÚMERO 13 31 OUT. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO DA ACAMPADA

O ANO DO CAVALO DE FOGO

Um camarada da América do Norte enviou este texto escrito exclusivamente para A PASSARADA:

Anda um espectro pela Europa.
Esta é uma era de revoluções.
A palavra que hoje está na boca de todos é revolução. Pode parecer estranho. Mas há uma lógica por trás deste ímpeto.
As revoltas do ano passado levaram à queda de governos em países de quase todos os continentes. A vaga, que vem ganhando força há anos, rebenta agora nas costas da Europa e da Índia, e em breve chegará a outras potências mundiais. Só quando os movimentos revolucionários começarem a penetrar nas principais potências económicas e militares será possível ultrapassar os limites que as revoluções atingiram em todos os outros lugares.
Por razões óbvias, será muito mais difícil derrubar os governos de França ou da Índia do que os do Nepal ou de Madagáscar. Mas só depois de vaga após vaga de protestos, motins, greves, bloqueios e insurreições esbarrarem nos seus limites se tornará possível um salto de tigre para fora da pré-história. Não se sabe se as revoltas que agora acontecem por toda a parte levarão a uma rutura em algum lugar. Mas estas experiências tornarão claros os limites que os futuros movimentos revolucionários terão de ultrapassar. Por isso, vale a pena levar esta agitação tão longe quanto possível.
Uma geração sem futuro já não tem nada a perder.
A agitação, em toda a parte, é liderada por uma geração que sente não ter futuro nem nada a perder. O que há num nome? Muitas vezes, os nomes das gerações são bastante arbitrários. Aqui, o nome diz tudo. Geração Z. A última geração.
Na linha da frente e atrás das barricadas estão jovens de todas as classes e origens sociais, de todas as raças, etnias, géneros e situações legais. Não porque as suas condições sejam idênticas. Mas todos enfrentam o mesmo futuro ausente de proletarização e desespero. A geração mais nova é mais instruída, está mais endividada, tem menos oportunidades e está mais revoltada do que qualquer geração anterior.
Toda a gente sabe o que aí vem, porque já cá está. Ondas de calor. A subida das marés. A subida da dívida. O agravamento das condições de vida. Competir por empregos que não queremos nem vamos conseguir. Competir por um lugar em universidades que nos vão formar para carreiras que estão a desaparecer.
Os jovens, vivos e inquietos, são uma minoria na Europa, que já estava senil há meio século. Mas noutros lugares não é assim. A geração mais nova já é a maioria da população no Sul da Ásia e em partes do Sudeste Asiático e de África. Centenas de milhões de jovens estão a chegar à idade adulta num mundo que nada tem para lhes oferecer. (Excluídos da economia e ignorados pelo governo, não lhes resta outra escolha senão tentar virar tudo do avesso.) Esta situação é explosiva. Mas é apenas o lugar onde uma condição universal se encontra mais concentrada. Uma vez iniciada a explosão, não havia qualquer hipótese de ser contida.

O peso das gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.
Os jovens e desesperados enfrentam um mundo exausto, governado pelos envelhecidos e senis.
Mas estas revoltas não são um conflito geracional. Os jovens não estão sozinhos na sua luta.
As lutas estudantis dos últimos anos foram o sinal de um movimento de contestação mais geral, que agora se alastra. Há aliados em toda a parte. O Bangladesh, seguido do Nepal, mostrou que, nas condições certas, as lutas estudantis podem desencadear uma explosão social muito mais ampla. É isso que começa agora a acontecer em toda a parte.
A Geração Z tem sido o elemento mais dinâmico e consistente destas revoltas globais. Mas os estudantes e os jovens são apenas uma parte de um mosaico mais vasto.
Do mesmo modo, as lutas estudantis começam a fundir-se ou a coincidir com lutas que têm origem noutras partes da sociedade. Os bloqueios estudantis que se espalharam por toda a França e pelo Quénia foram precedidos por greves de professores. Os grandes acampamentos em Madrid e Barcelona começaram em solidariedade com uma idosa despejada da sua casa. Os bloqueios de camionistas e agricultores no sul de Itália coincidem com motins no norte.
Uma só faísca pode incendiar toda a pradaria.
As revoltas deste ano tenderam a ocorrer em lugares onde o aumento do custo de vida tornou as condições explosivas. Mas toda a explosão precisa de um detonador, e este pode não estar diretamente ligado à situação económica. Houve vários detonadores. As condições nas escolas. Os exames de acesso ao ensino superior. Os cadernos eleitorais. Incêndios florestais. Despejos. Um projeto para construir um resort de luxo numa praia privada.
No passado, as revoltas eram muitas vezes uma resposta à ação do Estado. Uma nova lei. Medidas de austeridade. O fim de subsídios. A violência policial. Este ano, pelo contrário, os protestos parecem responder às condições gerais, sem esperar por um detonador vindo do Estado.
As revoltas começam com as reivindicações de um grupo social específico. Mas, quando ganham força e arrastam uma base social mais ampla, ultrapassam as reivindicações iniciais, seja qual for a coisa concreta que as pôs em marcha. Em breve, estes movimentos começam a pôr tudo em causa. A turbulência económica torna-se então o pano de fundo de uma luta contra o Estado.
A partir daqui, as coisas tendem a seguir um de dois caminhos. Por vezes, o aumento do custo de vida, que foi a condição para que os protestos se tornassem uma revolta de massas, passa a ser visto por muitos participantes e observadores como aquilo de que o movimento trata. Outras vezes, onde um homem forte autoritário é o fator determinante da vida quotidiana, as lutas desencadeadas pela economia tornam-se sobretudo políticas.
Quando o desespero acaba, começa a tática.
As vagas de luta surgem muitas vezes com uma nova tática. É notável que não haja nenhuma inovação particular que constitua a ponta de lança dos acontecimentos. Nenhuma tática dominante parece dar consistência à multiplicidade de movimentos de protesto e revoltas em curso. Embora tenha havido, claro, inovações, nenhuma foi amplamente reproduzida em diferentes contextos.
Este ano, pelo contrário, parece que todas as táticas do passado recente reapareceram. Há grandes acampamentos em Madrid, Lisboa e Nova Deli, que lembram o movimento das praças. Espanha e Portugal declararam greves gerais. Todos os sábados, em França, há manifestações, ou “Atos”, que lembram os Coletes Amarelos. Mais uma vez há barricadas e bloqueios. Há até paralisações de portos. As táticas e o equipamento da “linha da frente” parecem estar em toda a parte.

Mas o recurso a táticas disruptivas está a tornar-se mais generalizado e intenso. As revoltas da última década culminaram muitas vezes em tentativas dos manifestantes de forçar a entrada nos centros do poder. Agora, talvez seja mais provável que os incendeiem.)
Cada vez que as pessoas saem à rua, redescobre-se uma verdade simples. Os bloqueios e as barricadas refletem uma intuição partilhada: para terem algum poder, os protestos têm de perturbar a vida quotidiana da cidade. Mas, quando isso começa, e à medida que se alastra, abrem-se novas possibilidades.
No espaço que se abre, conseguimos encontrar-nos, organizar-nos e tomar a iniciativa. Multiplicam-se formas de partilha e de estar juntos para lá de todas as misérias da economia e do seu mundo. Partilhar um tempo e uma cadência, reunindo-nos no mesmo lugar todas as noites ou todas as semanas, cria impulso e consistência. Cria algo por que esperar e em torno do qual planear.
Desta forma, as ocupações e os “Atos” tornam possível uma auto-organização muito mais ampla. Perder esse espaço, como mostrou a experiência recente em Jantar Mantar, na Índia, torna muito mais difícil recuperar o impulso ou tomar a iniciativa. Mas as ocupações e as ações podem tornar-se rituais extenuantes, de rendimento decrescente. A tarefa, como sempre, é surpreender o inimigo, manter a iniciativa e criar novas formas de continuar a avançar.

As Amigas Internacionais

COMO HABITAR A CATÁSTROFE

A velocidade vertiginosa a que tudo tem acontecido não nos dispensa de formular algumas perguntas elementares: porque é que, ao fim de anos de mobilização em torno do direito à habitação, a coisa ganhou uma forma tão expressiva neste outono estival de 2026? Como é que as acampadas passaram subitamente de evento marginal e vagamente exótico a facto político central e tema de conversa generalizada? Porquê o apoio, ou, pelo menos, a vaga simpatia, de setores tão amplos e de vozes tão inesperadas, incluindo aqui o tom genericamente favorável da cobertura mediática? Até onde e até quando irá esse apoio? Que respostas pode o Estado ensaiar para lidar com este desafio? Quais os limites e possibilidades deste movimento?
Das respostas, mesmo se tateantes e provisórias, que arriscarmos a estas perguntas dependem muitas das decisões de ordem tática e estratégica com que nos confrontamos. Por um lado, as acampadas ocorrem em sincronia com outros protestos em diferentes países, a começar pelo Estado espanhol, daí decorrendo a óbvia intuição de que o momento chegou para fazer algo qualitativamente diferente. Adicionalmente, a memória recente sugere a possibilidade de estarmos, agora como em 2011, a assistir ao início de um novo ciclo de protesto, do qual o gesto de ocupação das praças é apenas o preâmbulo. E uma vez que os problemas são hoje tão sérios como há quinze anos, todas as condições se encontravam reunidas para nos voltarmos a encontrar. Tanto bastaria para atrair a atenção mediática.
Por outro lado, muitas coisas mudaram desde então, desde logo a profundidade com que o espaço urbano se viu reconfigurado pelos mecanismos de valorização e acumulação de capital. O ciclo de lutas contra a austeridade (2010-2014) teve lugar num contexto de desemprego, recessão e cortes orçamentais, ao passo que o momento atual é de expansão económica, impulsionada pela dupla bolha imobiliária e da inteligência artificial. Não estamos confrontados com um momento de interrupção momentânea de um mecanismo virtuoso de crescimento e prosperidade partilhada.

Pelo contrário, torna-se cada vez mais evidente que o mecanismo está a funcionar em pleno e produz exatamente os resultados para os quais foi desenhado. Lisboa e Porto não estão em crise. Só não são para nós. Isso explica porventura que a resposta ao protesto tenha evoluído rapidamente, a partir do momento em que se tornou claro que não bastaria uma carga policial para dissuadir as pessoas de ocuparem as praças, para a ideia de que é preciso construir mais casas. Nessemsentido, a reivindicação inicial do direito à habitação, qualquer habitação, revela-se plenamente digerível pela lógica de gestão do sistema. E é por isso que tanto a cobertura mediática como o tom da maioria dos comentadores passou a sublinhar a legitimidade dos protestos, deixando isolado o governo e os seus porta-vozes oficiosos. Mas a situação ao nível da habitação não depende apenas da cor do governo do dia. Resulta da ação de um poderoso bloco de interesses financeiros e imobiliários, que se converteu no verdadeiro motor da economia portuguesa e controla a generalidade da comunicação social, determinado dessa forma o tom do debate político. Convém por isso não confundir a relativa inflexão dos comentários e declarações públicas com uma vitória. Trata-se de uma concessão fugaz e que, no limite, procura meramente ganhar espaço de manobra para nos remeter novamente para a situação de impotência e atomização em que estávamos antes de tudo isto começar. A distinção que se começa a delinear, entre manifestantes bons e infiltrados radicais e violentos, é um bom sinal do que aí vem.

Ao defender a possibilidade de ocupar a praça nos nossos próprios termos, estamos apenas a conquistar o espaço e o tempo para definir em conjunto o percurso que temos pela frente. O contraste entre, por um lado, a fragilidade das nossas tendas, a disposição desordenada dos nossos corpos, o volume quase impercetível das nossas vozes, e, por outro, o incessante ruído da circulação metropolitana, a eminente montagem de um bazar de natal e, com ela, o retorno da praça à condição de postal turístico, é um ponto de partida incontornável para as nossas discussões. Não basta a habitação, se nos tirarem a cidade. E não basta a cidade se destruírem tudo à sua volta. O Rossio é apenas o sítio onde nos encontramos para aprender a habitar a catástrofe.

